

Palavra de Urok!

Ensinaamentos e impactos da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok

AMBROISE BRENIER, EMANUEL RAMOS,
AUGUSTA HENRIQUES



Palavra de Urok!

Ensinamentos e impactos da Área Marinha
Protegida comunitária das Ilhas Urok

«O processo de criação da AMPC atrasou o desaparecimento progressivo da cultura Bijagó. Além disso veio dinamizar a educação escolar que permitirá aos jovens adquirir mais conhecimentos bem como equilibrar as relações sociais, prejudicadas por um défice de transmissão das tradições entre os idosos e os jovens devido à falta de interesse destes.»

Sr. Sangara

*Representante da Autoridade tradicional
de Bijagó sediada em Accoco, na Ilha Formosa.*

Ambroise Brenier,
Emanuel Ramos,
Augusta Henriques

Uma iniciativa conjunta de



Contexto



A Área Marinha Protegida Comunitária (AMPC) das Ilhas Urok, composta entre outras pelas ilhas Formosa, Nago e Chediã, está situada no Arquipélago dos Bijagós ao largo da costa da Guiné-Bissau na África Ocidental. Este arquipélago de origem deltaica, com uma superfície de aproximadamente 10 000 km², é constituído por 88 ilhas das quais só cerca de vinte são habitadas permanentemente por 25 mil pessoas, a maioria de etnia Bijagó. Os principais meios marinhos naturais são as extensões vasosas, os mangais, as savanas, os palmeirais, e em algumas ilhas vestígios de floresta sub-húmida. A diversidade biológica é notável no que respeita a comunidades marinhas e costeiras. Esta zona alberga hipopótamos, manatins, tubarões, tartarugas-marinhas e aves coloniais.

O povo Bijagó é animista e mantém com o ambiente que o rodeia relações de ordem espiritual. As decisões relativas à utilização do espaço e dos recursos são tomadas pelos mais velhos, em cerimónias durante as quais são consumidos recursos específicos da fauna ou da flora (manatins, ostras, mangas...). Algumas ilhas são consideradas sagradas e constituem, frequentemente, locais de importância primordial para a biodiversidade. A gestão dos recursos e do espaço é objecto de uma delimi-

tação tradicional no tempo e no espaço relativamente sofisticada.

A pesca tradicional Bijagó é, sobretudo, uma pesca de subsistência, geralmente destinada ao consumo próprio e em alguns casos às cerimónias. Na maior parte dos casos é praticada individualmente, utilizando tarrafas, linhas ou arpões. As espécies mais pescadas pertencem, entre outras, às famílias *Ariidae*, *Lutjanidae*, *Clupeidae*, *Cichlidae*, *Sparidae*, *Sphyraenidae* e *Mugilidae*. A apanha de bivalves é praticada pelas mulheres e jovens que se dirigem em pequenos grupos para as zonas vasosas próximas da aldeia a que pertencem. Os bivalves representam um recurso de grande valor na medida em que constituem a base, fonte de proteínas animais, do regime alimentar Bijagó.

Há umas dezenas de anos a esta parte, este equilíbrio foi posto em causa devido às pressões externas causadas pelos utilizadores migrantes. Efectivamente, estes vieram explorar os recursos ainda abundantes, desrespeitando as regras tradicionais. É o que acontece, nomeadamente, na pesca artesanal. O turismo também pode entrar em conflito com as regras tradicionais. Em geral, as propostas de desenvolvimento para o arquipélago constituem ameaças para este equilíbrio.



Sumário

1 • Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok: a sua história	8
2 • Impactos da AMPC: metodologia do inquérito de percepção	14
3 • Criação e Gestão da AMPC: ensinamentos principais	20
• Contexto de criação: exploração dos recursos haliêuticos como preocupação-base	21
• Confiança e apropriação, palavras-chave subjacentes ao modo de gestão participativa da AMPC	22
• Um Plano de Gestão consensual	26
• Uma animação cultural	26
• Equitades antes de tudo	27
• Uma gestão partilhada	30
• Apoio nas dinâmicas regionais	33
• Um compromisso a longo prazo	35

4 • Impactos da AMPC: mudanças visíveis	36
• Um crescimento significativo dos rendimentos e da qualidade de vida das populações das Ilhas Urok?	37
• A perenidade de um meio ambiente sadio e produtivo e a manutenção da diversidade biológica	38
• Redução das pressões externas?	45
• Lições a favor da dinâmica comprometida e das iniciativas afins na Reserva da Biosfera? A favor da sub-região/internacional?	47
5 • Conclusão	48
Anexos	54
Agradecimentos	62

1 • Área Marinha Protegida Comunitária das ilhas Urok: a sua história



A AMPC das Ilhas Urok integra uma rede nacional de Áreas Protegidas que inclui a Reserva de Biosfera do Arquipélago de Bolama e Bijagós (RBABB), classificada oficialmente pela Unesco em 1996, e à qual que pertencem o Parque Nacional Marinho João Vieira/Poilão, o Parque Nacional das Ilhas Orango e a Área Marinha Protegida Comunitária das ilhas Urok.

A nível do Estado, a responsabilidade da planificação e gestão das Áreas Protegidas depende de um instituto público com autonomia administrativa e financeira, o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP). As intervenções do IBAP articulam-se em torno da Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade, publicada em 2007, que define a abordagem e as prioridades para os cinco anos seguintes, designadamente para a consolidação da rede nacional de áreas protegidas.

O processo de desenvolvimento e gestão da AMPC das ilhas Urok tem a particularidade de ser dirigido por uma ONG, Tinguena - Esta Terra é Nossa, que trabalha desde o início dos anos 90 na Guiné-Bissau (1993 na Formosa) no âmbito da conservação do património natural e cultural, do desenvolvimento sustentável e da cidadania.



A criação e a gestão efectiva da AMPC Urok é fruto do trabalho levado a cabo pela Tiniguena, juntamente com as comunidades e as instituições locais e nacionais, a Fundação Internacional do Banco de Arguin (FIBA) e alguns outros parceiros nacionais e internacionais há mais de quinze anos. A criação da AMPC das ilhas Urok inscreve-se igualmente num longo processo iniciado no final dos anos 80, quando a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) arrancou com um projecto de planificação costeira, juntamente com várias instituições nacionais, nomeadamente o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Nos anos 1990, a Tiniguena iniciou na Formosa uma dinâmica de desenvolvimento comunitário com vista à melhoria das condições de vida dos habitantes, tornando-os mais confiantes nas suas capacidades de mudarem o seu próprio futuro. Esta dinâmica tinha como objectivo garantir, desde o início, uma ligação estreita entre a conservação e o desenvolvimento. Em Urok, a parceria com a FIBA estabeleceu-se formalmente em 2001, com o lançamento de uma primeira fase de trabalho

inteiramente dedicada a: i) implementar um quadro de concertação para a gestão participativa dos espaços e recursos costeiros das ilhas Urok; ii) negociação, preparação e adopção pelas comunidades de um conjunto de regras e mecanismos de governação participativa e sustentável do complexo Urok, recolhido num Plano de Gestão para a futura AMPC (Biai *et al.*, 2003¹); iii) reforço dos conhecimentos sobre o meio local e os sistemas de governação participativa; iv) promoção de iniciativas de animação sócio-cultural; v) prossecução e ampliação de acções de desenvolvimento comunitário, visando favorecer um maior envolvimento das populações, em particular dos jovens, no processo em curso. Efectivamente, ao reconhecer o papel da cultura Bijagó na conservação do património natural do arquipélago, o processo de criação da AMPC de Urok apoiou-se num intenso

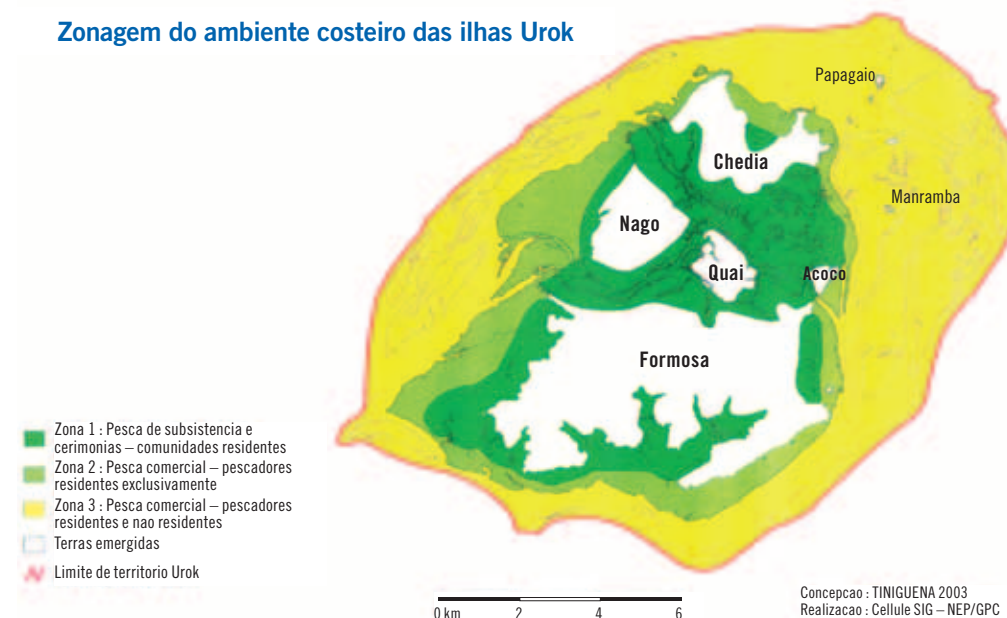
1. Biiai, J., P. Campredon, M. Ducrocq, A. Henriques e A. Ocante da Silva. (2003) Plan de Gestion de la Zone Côtière des Iles Urok (Formosa, Nago et Chedia), 2004 – 2008, Réserve de Biosphère de l'Archipel de Bolama/Bijagós, Guinée-Bissau. Bissau. 56 p.



trabalho de animação sócio-cultural. Este trabalho permitiu envolver mais a juventude e influir nas mudanças em curso, para que novas sínteses culturais permitam enfrentar a modernidade, mantendo o essencial da cultura Bijagó.

A segunda fase da colaboração entre Tiniguena e a FIBA (2004-2008) tinha como objectivo reforçar o processo de apropriação e gestão participativa e sustentável dos recursos naturais e da diversidade biológica da zona costeira das ilhas Urok em

Zonagem do ambiente costeiro das ilhas Urok



benefício das populações residentes e do país. A FIBA deu o apoio técnico no âmbito da Estratégia Regional para as Áreas Marinhas Protegidas na África Ocidental, formulada e implementada sob a égide do Programa Regional para a Conservação da Zona Costeira e Marinha na África Ocidental (PRCM). Ao longo desta segunda fase, a AMPC foi oficialmente criada por decisão de Conselho de Ministros de 15 de Abril de 2005, tendo o Decreto oficial de criação e o Plano de Gestão sido publicados no Jornal Oficial, Suplemento nº28, de 12 de Julho de 2005.

O plano de gestão da AMPC das ilhas Urok para 2004-2008 prevê três zonas distintas: 1/ uma zona central que corresponde aos mangais e braços de mar interiores, reservada aos residentes, onde só estão autorizadas a pesca de subsistência e a ligada às cerimónias – esta zona responde simultaneamente às necessidades de segurança alimentar, cultural e ambiental; 2/ uma zona periférica que vai até ao limite dos primeiros canais, igualmente reservada aos residentes para a prática da pesca artesanal comercial e que está destinada a responder às necessidades de segurança económica;



3/ uma zona exterior, de solidariedade nacional, que vai até aos limites do território nacional e que está aberta aos pescadores não-residentes desde que respeitem certas regras básicas relativas às artes e técnicas de pesca.

As regras de gestão adoptadas dizem respeito: aos espaços e meios mais sensíveis (mangais, canais, extensões vasosas); às espécies ameaçadas ou aos recursos estratégicos para a conservação, cultura e economia local (manatim, tartarugas-marinhas, tubarões, bivalves); às artes de pesca e às formas de exploração de outros recursos (proibição de redes de monofilamento, fechamento dos braços de mar...).

Os mecanismos de gestão adoptados têm como base o princípio de gestão participativa que inclui vários intervenientes: autoridades tradicionais e oficiais, representantes das diversas comunidades, representantes da ONG Tiniguena, instituições de investigação e outras ligadas à gestão da zona costeira, etc. Têm, ainda,

em conta questões específicas como o género, a diversidade étnica e linguística e a confissão religiosa. Os mecanismos que compõem o processo de concertação/negociação da base à cúpula são os seguintes: comités de gestão das aldeias, assembleias insulares anuais e a assembleia-geral anual do Urok. Os órgãos de gestão e acompanhamento do plano de gestão incluem um comité de gestão Urok, um comité de sábios e um comité técnico.

Em resultado desta segunda fase de colaboração FIBA/Tiniguena, foi feita uma avaliação independente externa (Março 2008). O relatório de avaliação² concluiu que o trabalho levado a cabo tem qualidade, alia paixão e rigor, utilizando métodos e instrumentos apropriados ao mesmo tempo que deixa espaço para a inovação e o improviso, tendo ainda capacidade para associar esforços muito clássicos de conservação – como sejam as patrulhas de vigilância – a uma acção cultural pioneira. Segundo o avaliador, este trabalho baseado na confiança entre os parceiros, com o intuito de transmitir esperança num contexto difícil, representa um êxito real.

No presente documento, as conclusões principais da avaliação foram obtidas e ordenadas por temáticas. Para cada uma delas, o documento apresenta comentários, ilustrações e exemplos. Assim, alguns aspectos desenvolvidos pela AMPC das ilhas Urok são ilustrados através de anedotas e pequenas histórias de mudanças sentidas ou observadas pelos habitantes destas ilhas. Os ensinamentos extraídos desta experiência original são, segundo eles, documentados através de entrevistas com as pessoas que estão ou estiveram no cerne do processo de criação



da AMPC: entrevistas com Sábado Vaz³, Augusta Henriques⁴, Emanuel Ramos⁵ e Pierre Campredon⁶. Por fim, as percepções dos impactos da AMPC também foram recolhidas com recurso a inquéritos realizados entre amostras representativas das populações de pescadores e de mulheres apanhadoras de bivalves das ilhas Urok. Este último ponto é explicado, em termos de metodologia, no próximo capítulo.

2. Yves Renard (2008) Relatório de avaliação do projecto «Gestion participative des ressources côtières des Iles Urok, Réserve de Biosphère de l'Archipel des Bijagós, Guinée-Bissau 2004-2008». 71 p.

3. Animadora da ONG Tiniguena em Urok

4. Directora da ONG Tiniguena

5. Assistente técnico da FIBA

6. Antigo coordenador do programa PRCM, actualmente colocado na UICN Guiné Bissau

2 • Impactos da AMPC: metodologia do inquérito de percepção



O relatório de avaliação demonstra que a falta de um acompanhamento ecológico faz com que seja muito difícil apreender os impactos da AMPC nos recursos e na biodiversidade. Idealmente, teria sido necessário, mesmo antes da criação da AMPC, implementar um programa de acompanhamento que permitisse uma recolha de dados a intervalos regulares, de modo a apreciar as tendências do estado de saúde de alguns componentes chave do ecossistema sobre os quais se espera que a AMPC tenha efeito. Mas mesmo sem este acompanhamento, foi possível avaliar indirectamente os impactos potenciais da AMPC. Efectivamente, graças aos inquéritos realizados entre os residentes e utilizadores deste espaço foi possível recolher as suas percepções sobre a evolução de alguns componentes chave do ecossistema após a criação da AMPC (ex. abundância de peixe ou). Ao focalizar-se particularmente nos utilizadores regulares, nomeadamente os pescadores e as mulheres apanhadoras de bivalves que têm um grande conhecimento empírico do meio marinho, as tendências recolhidas assentaram sobre uma observação mais minuciosa e regular do meio. Estas percepções sobre a evolução de certos parâmetros ecológicos podem resultar directamente da observação regular do meio a longo prazo, ou indirectamente, através da observação de tendências nas capturas. Este método já foi



utilizado e comprovado em vários casos de estudo⁷.

Elaboraram-se, assim, dois inquéritos com perguntas fechadas, com o propósito de recolher as percepções dos utilizadores

7. Referências:

Webb, E. L., Maliao, R. J., and Siar, S. V. 2004. Using local user perceptions to evaluate outcomes of protected area management in the Sagay Marine Reserve, Philippines. *Environmental Conservation* 31 (2): 138-148.

Bunce, M., Rodwell, L. D., Gibb, R., and Mee, L. 2008. Shifting baselines in fishers' perceptions of island reef fishery degradation. *Ocean & Coastal Management* 51 (4): 285-302.

Jones, J. P. G., Andriamarovololona, M. M., Hockley, N., Gibbons, J. M., and Milner-Gulland, E. J. 2008. Testing the use of interviews as a tool for monitoring trends in the harvesting of wild species. *Journal of Applied Ecology* 45 (4): 1205-1212.

Rochet, M. J., Prigent, M., Bertrand, J. A., Carpentier, A., Coppin, F., Delpech, J. P., Fontenelle, G., Foucher, E., Mahe, K., Rostiaux, E., and Trenkel, V. M. 2008. Ecosystem trends: evidence for agreement between fishers' perceptions and scientific information. *Ices Journal of Marine Science* 65 (6): 1057-1068.

do meio marinho das ilhas Urok relativas à evolução de alguns componentes da biodiversidade e das actividades haliêuticas desde a criação da AMPC. Um dos inquéritos foi especificamente elaborado para as mulheres apanhadoras de bivalves e o outro para os pescadores (ver anexos 3 e 4). As respostas a estas questões permitem elaborar cinco grandes tipos de indicadores (quadro 1): 1/ indicadores de apropriação da AMPC para a comunidade residente; 2/ indicadores de evolução das pressões sobre a AMPC; 3/ indicadores dos impactos da AMPC sobre a biodiversidade; 4/ indicadores dos impactos da AMPC sobre os recursos haliêuticos; 5/ indicadores dos impactos da AMPC sobre o bem-estar da comunidade residente. Estes indicadores permitem medir o grau de consecução de alguns dos objectivos da AMPC, nomeadamente: i) contribuir para a perenidade de um ambiente saudável e produtivo bem como para a conservação da biodiversidade; ii) contribuir para a segurança alimentar e económica



das populações das três ilhas que pertencem ao complexo Urok e melhorar o seu nível de vida; iii) encorajar a participação e o reforço das capacidades do conjunto de intervenientes a favor da dinamização do

processo de co-gestão com vista a assegurar a sua autonomia e sustentabilidade. No total foram realizados 171 inquéritos nas três aldeias das três ilhas de Urok (Nago, Chediã e Formosa). 91 pescadores (9% vendem no exterior, 41% vendem localmente e 51% pescam unicamente para conseguirem o Maafé⁸) e 80 mulheres apanhadoras de bivalves foram entrevistados entre Novembro de 2008 e Fevereiro de 2009. A pormenorização das respostas relativas a cada uma das perguntas é dada no anexo 1 no caso do inquérito destinado às mulheres apanhadoras de bivalves e no anexo 2 para o inquérito destinado aos pescadores.

Estes inquéritos permitiram pôr em evidência a pertinência e a boa gestão da AMPC, traduzindo-se em impactos ecológicos, económicos e sócio-culturais positivos. Favorecem, ainda, a identificação de sectores

8. Refeições à base de peixe proveniente da pesca de subsistência



que requerem esforços suplementares. É de notar que os inquéritos só se centraram nos utilizadores e residentes nas ilhas Urok. Com vista a avaliar os impactos da AMPC percebidos pelas outras categorias de intervenientes (jovens, famílias, pescadores não-residentes, etc.) será necessário realizar

novos inquéritos. Por falta de tempo, tal não foi possível, razão pela qual só os utilizadores foram inquiridos.

A recolha das percepções dos utilizadores no que respeita à evolução de alguns componentes da biodiversidade, dos recursos haliêuticos e das características sócio-económicas é um instrumento pertinente e económico para avaliar os impactos de uma AMP. Mas, dada a natureza qualitativa, sugestiva e indirecta das informações produzidas, este método terá de ser completado por estudos quantitativos baseados em medidas *in loco*. Este é o objecto de um projecto financiado pelo Fundo Francês do Ambiente Mundial, lançado em 2009 e desenvolvido pela FIBA, centrado, basicamente, na implementação de instrumentos para medir os efeitos ecológicos e sócio-económicos de várias AMP da sub-região ocidental africana, entre as que se inclui a AMPC das ilhas Urok.



Indicadores propostos para a avaliação dos impactos da AMPC das ilhas Urok

Categorias de indicador	Indicadores	Valor óptimo ⁹
Apropriação	Percentagem de utilizadores com conhecimento da existência da AMPC	100%
	Percentagem de utilizadores com conhecimento dos objectivos da AMPC	100%
	Percentagem de utilizadores que aprovam as regras de gestão da AMPC	100%
	Percentagem de utilizadores com conhecimento do número de zonas da AMPC	100%
	Percentagem de utilizadores com conhecimento das regras de gestão da AMPC ¹⁰	100%
Pressões Percentagem de utilizadores que observaram:	Uma diminuição do número de pescadores que se dedicam à pesca nas ilhas Urok	100%
	Uma diminuição dos pescadores não-residentes que não respeitam as regras de gestão*	100%
	Uma diminuição dos pescadores residentes que não respeitam as regras de gestão*	100%
	Uma diminuição do número de redes monofilamento*	100%
	Uma diminuição do número de apanhadoras de bivalves residentes que não respeitam as regras de gestão**	100%
	Uma diminuição do número de apanhadoras de bivalves não-residentes que não respeitam as regras de gestão**	100%
	Uma diminuição dos pescadores que utilizam bivalves como isco**	100%
Biodiversidade Percentagem de utilizadores que observaram:	Um aumento do número de bivalves**	100%
	Um aumento do número de peixes	100%
	O reaparecimento nas capturas de espécies que começavam a ser muito raras *	100%
	Um aumento do número de manatins*	100%
	Um aumento do número de tubarões*	100%
	Um aumento do número de tartarugas	100%
	Um aumento do número de golfinhos	100%
	Um aumento do número de aves	100%
Recursos Haliêuticos Percentagem de utilizadores que observaram:	Um aumento do número de combé capturados por saída de pesca**	100%
	Um aumento do tamanho médio dos combé capturados**	100%
	Um aumento do número de ostras capturadas por saída de pesca**	100%
	Um aumento do número de cuntchurbedjo capturados por saída de pesca**	100%
	Um aumento do tamanho médio dos cuntchurbedjo capturados**	100%
	Um aumento do número de gandim capturados por saída de pesca**	100%
	Um aumento do tamanho médio dos gandim capturados**	100%
	Um aumento do número de peixes capturados por saída de pesca*	100%
	Um aumento do tamanho médio dos peixes capturados*	100%
Bem-estar Percentagem de utilizadores que observaram:	Uma diminuição da duração média das saídas para apanha dos bivalves**	100%
	Uma diminuição da duração média das saídas de pesca*	100%
	Um aumento dos rendimentos auferidos pela actividade da pesca*	100%
	Um aumento do número de peixes consumidos no seio da família	100%
	Um aumento da quantidade de gandim e ostras consumidas no seio da família	100%
	Um aumento do número de cerimónias religiosas (que utilizam recursos marinhos)	100%
	Uma diminuição do número de conflitos em torno da utilização dos recursos costeiros e marinhos	100%

* os utilizadores referidos são unicamente os pescadores residentes

** os utilizadores referidos são unicamente as apanhadoras de bivalves residentes.

Sem asterisco: são considerados os dois grupos.

9. Refeições à base de peixe proveniente da pesca de subsistência.

10. Este indicador decompõe-se como segue: a/ percentagem de pescadores residentes que sabem que a rede de monofilamento é proibida, que a pesca selectiva do tubarão é proibida, que a captura de tar-

ugas-marinhas e de manatins é proibida e que os pescadores não residentes não têm direito a pescar na zona 2; b/ percentagem de mulheres apanhadoras de bivalves residentes que sabem que a comercialização de bivalves é proibida e que a captura de pequenos gandim e cuntchurbedjo é proibida.

3 • Criação e Gestão da AMPC: ensinamentos principais



Contexto de criação: exploração dos recursos haliêuticos como preocupação-base

Emanuel Ramos explica que «foi a partir de um pedido da comunidade que começou a esboçar-se todo o quadro da proposta de gestão do espaço». A avaliação confirma que um processo de negociação e planeamento será necessariamente mais sólido quando a iniciativa deste processo provém dos utilizadores do recurso.

«Este quadro de gestão», continua Emanuel Ramos, «foi levado a cabo, tendo em conta os utilizadores existentes, actualizando as regras tradicionais de gestão e tendo como princípio a utilização sustentável dos recursos». «A preocupação-base dizia respeito à **exploração dos recursos haliêuticos**» confirma Augusta Henriques. «Como modernizar a pesca, assegurando a sua sustentabilidade? O processo arrancou através de trocas de impressões. Trocas de ideias com os pescadores de Rio Grande Buba¹¹ que partilharam a sua experiência de abordagem participativa e de gestão sustentável dos

11. Nos anos 1990 a UICN apoiou um projecto de gestão sustentável dos recursos, baseado no desenvolvimento da pesca local bem como a implementação de um sistema de gestão participativa dos recursos haliêuticos ao nível do Rio Grande Buba

recursos haliêuticos. Trocas de impressões também com os especialistas internacionais (Alexis Fossi, Mathieu Ducroq, Emanuel Ramos) que formaram os pescadores na prática de técnicas de pesca sustentável. Trocas de impressões no decurso de uma visita às mulheres das ilhas Urok que exploram os bivalves das ilhas do Saloum onde as mulheres têm uma grande capacidade de organização. Por fim, as trocas de ideias acerca da experiência do Rio Grande Buba, da Reserva da Biosfera Bolama Bijagós e da Reserva de Biosfera do Delta do Saloum permitiram identificar as regras de gestão».



Emanuel Ramos esclarece que «O Estado na Guiné-Bissau tem poucos recursos e poucos meios. Houve, pois, que informar e organizar a comunidade para que ela seja capaz de assumir a gestão da AMPC. O processo de criação arrancou, assim, ao nível local para compensar a fraqueza da organização a nível nacional». «Mas esta fraqueza do Estado e a sua abertura ao diálogo e à procura de soluções diferentes», acrescenta Augusta Henriques, «foi ao mesmo tempo uma oportunidade, porque sem ela não teria sido possível ter uma AMP onde o direito de gestão é delegado nas comunidades e onde o direito de acesso lhes está exclusivamente reservado as zonas 1 e 2».

Confiança e apropriação, palavras-chave subjacentes ao modo de gestão participativa da AMPC

«Uma das palavras-chave desta experiência é a confiança», realça Augusta Henriques. «Há muito tempo que a Tiniguena trabalhava com as comunidades locais das ilhas Urok. Graças a este trabalho, as populações constataram como as suas condições de vida melhoravam, o que as motivou e lhes permitiu confiar na mudança para fazerem investimentos que assegurassem o seu futuro. Algumas AMP são criadas por decreto e nascem de um dia para o outro. Em Urok, **levámos o tempo necessário**. Como numa gravidez, o tempo foi imprescindível para que o bebé nascesse bem desenvolvido. O tempo é algo precioso, uma vez que estamos sob a pressão dos nossos parceiros e investidores que esperam resultados a muito curto prazo ao passo que elementos como a AMPC das ilhas Urok só têm razão de ser em processos a longo prazo. Trata-se de um percurso enquadrado num processo. É precisamente isto que permite que as pessoas ganhem confiança. É necessário que vejam como o seu ambiente e a sua vida estão a mudar, a melhorar, que a vida dos seus filhos também pode mudar e que pode ser melhor, e tudo isto graças aos seus próprios esforços. Levámos pois o tempo necessário para amadurecer o processo de modo que, quando o decreto foi aprovado, não era mais do que o reconhecimento de uma situação já existente de facto».

Sábado Vaz, animadora da Tiniguena, destaca a importância da interiorização deste princípio de confiança. «Em qualquer intervenção levada a cabo numa comunidade pela primeira vez», diz ela, «é necessário começar lentamente, começar por actividades a uma pequena escala antes de passar a uma maior, como fez a Tiniguena em Urok. Estas pequenas iniciativas permitem conhecer melhor a comunidade. Além disso, os benefícios que estas actividades propor-

cionam aumentam a confiança da comunidade na sua capacidade de resolver os seus próprios problemas e fazer face aos intervenientes externos. Por fim, a avaliação destas actividades facilita a identificação dos modos de intervenção mais eficazes e que melhor se adaptam localmente». E sublinha ainda que «quando queremos trabalhar com uma comunidade temos de ter uma atitude humilde, respeitar os saberes locais e utilizar os conhecimentos existentes a nível local. Temos de nos colocar numa posição de intercâmbio: trabalhar com a comunidade, aprendendo com ela e respeitando-a; só assim poderemos avançar. Em Urok respeitamos a sua cultura e adaptamo-nos à sua forma de vida. Por exemplo, quando os aldeãos estão no campo para as colheitas, não organizamos reuniões na aldeia, pelo contrário, somos nós que nos deslocamos e vamos ao seu encontro».

É imperativo compreender e respeitar as estruturas e instituições tradicionais, sem contudo hesitar em abanar-las um pouco, reforçá-las, dinamizá-las e, caso seja necessário, transformá-las através de processos novos, refere a avaliação.

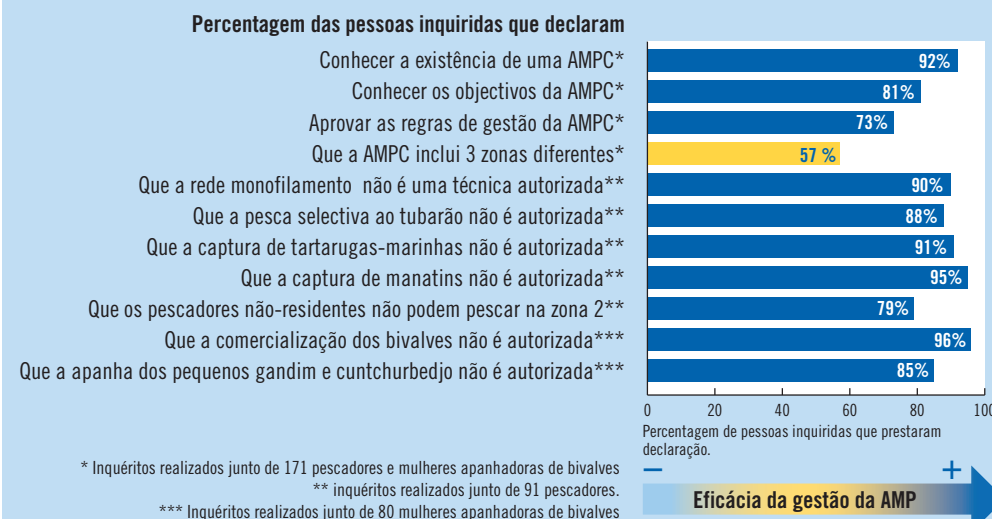


«Do meu ponto de vista, a maior mudança que este processo trouxe foi a melhoria da capacidade da comunidade local em desenvolver e partilhar uma visão comum, em reunir-se, discutir, falar abertamente e resolver os seus problemas.»

Aliou Balde – Animador da Tiniguena, residente da Formosa.

E, assim, o processo começou a dar os seus resultados. «Aos poucos, as pessoas foram aprendendo a **encontrar soluções para os seus problemas por elas próprias** sem esperarem pela intervenção exterior para os resolver», diz Emanuel Ramos. «E isto

Indicadores de apropriação da AMPC entre a comunidade residente.





«Fui a primeira empregada da Tiniguena que veio trabalhar para Urok. Estou aqui desde o princípio dos anos 90. Quando olho para trás apercebo-me do imenso trabalho realizado. As mudanças mais importantes, do meu ponto de vista, não são materiais: construção de edifícios, poços, escolas, compras de embarcações, nada disso. A principal mudança está na mente das pessoas. Agora quando falo com alguém sinto que

houve uma mudança de mentalidades e de comportamento. Antes as pessoas não me respondiam, não me davam a sua opinião, não confiavam nas suas capacidades e subestimavam-se. Hoje, as coisas mudaram, têm confiança nelas próprias e na sua capacidade para melhorarem elas mesmas as suas condições de vida. Para mim, essa é a nossa grande vitória.»

Sábado Vaz – Animadora da Tiniguena, sediada na Formosa.

é muito importante, porque ganham confiança nelas próprias e isso dá-lhes esperança».

Deste modo, diz-nos Augusta Henriques, «apesar de todas as dificuldades existe uma grande capacidade para encontrar soluções e isto é algo que dá resiliência à AMP. É um processo de aprendizagem, não se trata de um dado adquirido, e nem sempre se ganha. Esta capacidade de aprender, de

construir uma visão, de produzir conhecimentos é um processo que faz com que as pessoas saiam reforçadas para poderem dirigir e enfrentar os novos desafios que vão encontrando».

O gráfico abaixo reflecte, quando a percentagem de inquiridos que respondeu é elevada, a forte adesão da comunidade à AMPC, bem como um bom conhecimento das regras de gestão.

Segundo estes indicadores, esta AMPC caracteriza-se por uma grande adesão e um bom conhecimento das regras de gestão por parte da comunidade residente. Nota-se unicamente uma confusão quanto ao conhecimento do número de zonas que esta AMP tem, nomeadamente entre os pescadores (só 51% dos pescadores deram a resposta certa; ver anexo 2). É aconselhável melhorar a comunicação sobre a zonagem da AMPC.

Emanuel Ramos relata que «uma das etapas-chave de todo este processo foi a concertação. Dedicámos todo o tempo necessário para a concertação, a negociação. Foi por isto que passámos quase três



Emanuel Ramos – assistente técnico da FIBA, na Guiné Bissau.

anos neste processo de concertação, negociação, informação e sensibilização. Dedicámos tempo e paciência para ouvir todas as pessoas envolvidas. A informação, a paciência para escutar e discutir, mesmo com aqueles que não estavam de acordo, é muito importante. Por isso é que hoje em dia existe uma estrutura de gestão funcional. E este esforço de concertação e negociação não se extingue com a criação da AMP, é um processo permanente. Nada é garantido, é necessário manter sempre presente essa capacidade de negociação».

A equipa de animação procurou sistematicamente **envolver as comunidades**. Sábado Vaz explica que «quando se começa a intervir na comunidade, desde o início, seja qual for a acção, é necessário envolver a população. Por exemplo, se se fazem estudos de diagnóstico, a população tem de ser envolvida para que possa identificar os problemas. Em qualquer acção, a comunidade deve participar e dar o seu apoio para que os membros da comunidade reconheçam que este trabalho é do seu interesse e se apropriem dele. Por exemplo, em Urok, a comunidade foi amplamente envolvida na construção de escolas e, desta forma, ao ter participado nos trabalhos, sente-se muito mais responsável pela sua manutenção e pelo seu funcionamento. Não se pode fazer tudo pelas pessoas nem dar-lhes tudo feito, isto não é sustentável. O papel dos intervenientes externos não é substituir-se à comunidade, mas sim trabalhar de modo a que seja ela a realizar as suas actividades. Os animadores facilitam o processo graças a um enorme trabalho de animação, sensibilização e acompanhamento da comunidade. Uma vez mais, isto leva o seu tempo, a pressa não é boa conselheira».



«Uma das grandes mudanças reside no facto de as pessoas terem tomado consciência da necessidade de preservar os recursos, que até aqui consideravam ser inesgotáveis.»

Muscuta Alberta Rapas – Mulher Bijagó exploradora de bivalves sediada em Chediã.

A avaliação concluiu, pois, que a abordagem participativa permite implementar formas de governação e sistemas de gestão mais eficazes, ao utilizar os saberes e as práticas populares, porque o envolvimento das população assegura um maior compromisso e, conseqüentemente, um maior respeito pelas medidas, e ainda porque estas medidas são mais bem integradas nos sistemas culturais, sociais e económicos locais. A abordagem participativa, apesar de ser mais cara a



curto prazo, permite implementar sistemas e instituições que vão permitir uma gestão mais eficiente a longo prazo. É evidente que a implementação de sistemas governativos participativos exige tempo, pelo que se torna essencial poder trabalhar com horizontes mais longos (o que foi possível, neste caso, graças à estabilidade e à visão da instituição responsável – Tiniguena – e graças ao envolvimento a longo prazo da FIBA).

Um Plano de Gestão consensual

Um Plano de Gestão tem de reflectir um consenso e, quando há consenso em torno de um certo número de medidas, não há nenhuma razão para não as aplicar. Uma das forças do processo das Ilhas Urok, refere a avaliação, foi ter começado a pôr em prática algumas das regras antes mesmo que fossem oficializadas; assim, o Plano de Gestão tornou-se o reflexo de uma realidade que havia que consolidar no terreno e fazer com que fosse reconhecida pelos órgãos do Estado, e não um projecto a desenvolver.

Uma animação cultural

no centro do processo de gestão e que acompanhe as transformações sociais que vão ocorrendo entre as comunidades, nomeadamente entre os jovens.



Sabado Vaz sublinha que «antes de intervir no local, fizeram-se investigações para conhecer bem a cultura Bijagó: como vivem, como exploram os recursos, como se realizam as cerimónias, como articulam os aspectos de conservação e cultura, por que é que o mar é tão importante para eles, por que é que não cortam as palmeiras, etc.? Cada processo de criação da AMP», continua ela «antes de começar é necessário conhecer bem como é que as populações vivem, qual é a sua cultura e que relações mantêm com a natureza. Tudo isto é fundamental para realizar um bom trabalho e obter resultados positivos».

«É a única AMP da sub-região que está ancorada na actualização cultural» especifica Augusta Henriques. Também Emanuel



«O processo de criação da AMPC permitiu travar a tendência de desaparecimento progressivo da cultura Bijagó. Além de ter contribuído para dinamizar a educação escolar que permitirá aos jovens adquirirem mais conhecimentos e assim reequilibrar as relações sociais, prejudicadas por um défice de transmissão das tradições entre os idosos e os jovens, devido a uma falta de interesse destes pelas suas obrigações culturais.»

Sangara – Autoridade tradicional Bijagó em Accoco na ilha Formosa.



«A realização de numerosas cerimónias tradicionais exige a utilização de recursos haliêuticos. E a escassez destes últimos tinha provocado uma diminuição destas cerimónias. Após a criação da AMP o número de cerimónias aumentou.»

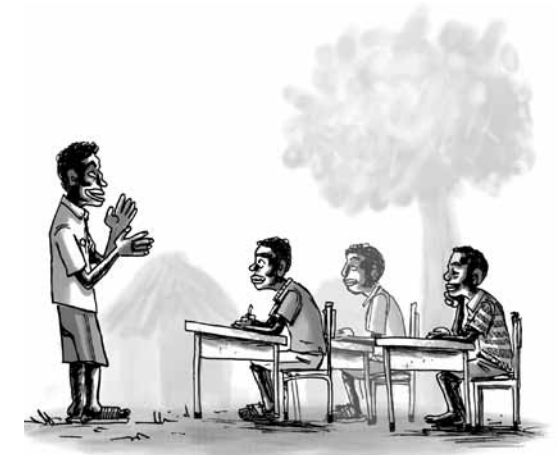
Aliou Balde – Animador da Tiniguena, residente da Formosa.

Ramos precisa que a equipa de animação «inspirou-se na cultura para elaborar as regras de gestão. As regras foram retiradas da tradição Bijagó. Esta cultura deve ser um bilhete de identidade para o povo Bijagó que lhe permita entrar no mundo da globalização sem perder a sua identidade».

A avaliação argumenta que o reforço da identidade e da soberania cultural, juntamente com a implementação de sistemas de governação eficazes, podem ajudar a gestão dos recursos no presente, mas também servem para aumentar a resiliência e a sua capacidade para gerir os desafios do futuro. E recorda, ainda, que no âmbito lógico do processo, o terceiro objectivo específico enfatiza a intervenção (animação cultural), e não o objecto desta intervenção. Isto é compreensível, pois um projecto como este não poderia pretender realizar um objectivo específico de transformação social. Criar espaços e momentos que permitam às comunidades expressarem-se e informarem-se, oferecer, sem lhes impor, informações, ideias e perspectivas novas para que estas populações possam gerir melhor a mudança, eis tudo o que um projecto pode fazer. Tudo isto foi realizado pela Tiniguena de uma forma admirável.

«Actualmente na reserva da biosfera» resume Augusta Henriques «se há sitio onde a cultura Bijagó se encontra em renovação é

aqui, em Urok. Estão a reactivar-se as tradições, no que elas têm de melhor. Os jovens já não têm vergonha da tradição e reconhecem que o que faz a sua identidade e a sua especificidade no mundo é a sua cultura.



Esta ponte entre a tradição e a modernidade, esta procura das suas próprias raízes, esta noção de território é primordial. Porque quando se fala de governação da AMP fala-se de território e dos seus recursos. Um território é um local a que estamos enraizados. O Urok foi reconstruído, redesenhado em termos geográficos e isto dá-lhe um sentimento de pertença, de apropriação, um sentimento de orgulho, e mesmo que as suas gentes partam, fazem-no com vontade de voltar».



Equidade antes de tudo

Sabado Vaz explica que, “no âmbito do processo de criação e gestão da AMP das ilhas Urok, se esforçaram por trabalhar com os homens mas também com as mulheres e os jovens. Muitas vezes nos projectos, só os homens são envolvidos e há pouco lugar ou oportunidades para as mulheres e os jovens. Se nos esquecermos de envolver estes três grupos será difícil ir mais longe neste processo”.



“É a única AMP na sub-região” esclarece Augusta Henriques “que tem um fórum da juventude onde os jovens reflectem sobre o seu papel na gestão e na governação local. A articulação entre três pilares: governação participativa, cultura e juventude permite construir pontes entre a tradição e a modernidade.”

A este respeito, a avaliação confirma os preciosos ensinamentos da experiência de gestão de Urok. Por um lado, a necessidade de uma preocupação constante com as questões de género, com a vontade de envolver as mulheres e os homens, o recurso a métodos adaptados e o reconhecimento do papel das mulheres na ancoragem e a dinâmica dos processos inovadores. Por outro lado, a importância de trabalhar com os jovens, escutando-os, responsabilizando-os e dando-lhes a oportunidade de se exprimirem e influenciar o seu próprio futuro. Por fim, a necessidade de um reconhecimento das especificidades de cada comunidade e da adaptação





de todas as intervenções a essas especificidades. “Cada aldeia tem o seu segredo”, declara um dos animadores da equipa de Tiniguena na Formosa, reflectindo bem uma realidade social onde há grandes diferenças entre as aldeias, e onde a aldeia é a unidade principal de organização social e de decisão, nomeadamente no que respeita ao uso do território e dos recursos.

No entanto a avaliação assinala também que é extremamente importante evitar as exclusões, os envolvimento e as amálgamas. Colocando a tónica sobre a diferença entre residentes e não residentes, por exemplo, o processo de Urok pode ter

excluído alguns residentes que se sentiam menos implicados ou menos bem servidos pelo projecto de área protegida. O agrupamento de várias etnias, de várias aldeias e de várias estratégias sob uma mesma categoria de “residente”, sublinha o relatório, escamoteou sem dúvida uma realidade mais complexa, da qual os responsáveis do projecto têm agora maior consciência.

Uma gestão partilhada

A avaliação sublinha que, no que diz respeito às formas e aos modelos de governação de uma Área Protegida, a experiência



da APC comunitária de Urok sugere que raramente é possível falar de uma verdadeira gestão comunitária. O que se procura em casos como o das ilhas Urok, é sobretudo **uma forma de governação partilhada**, na qual as populações locais podem tomar a iniciativa e manter um papel primordial, mas na qual existem também parcerias com a sociedade civil e com os serviços do Estado.

Na realidade, o Estado tem sempre um papel. Esse papel torna-se particularmente crucial quando, como nas Ilhas Urok, se trata cada vez mais de gerir influências externas e desafios que ultrapassam os limites dos sistemas que queremos administrar. A escala e os instrumentos que devem ser utilizados para responder aos desafios colocados por actividades criminosas e clandestinas, pelo desenvolvimento turístico ou pelos impactos da pesca indus-

trial e semi-industrial não correspondem de modo algum aos mandados e aos meios dos sistemas de governação locais.

O envolvimento dos serviços do Estado é importante e merece esforços e investimentos particulares. A fraqueza destas instituições não deve servir de desculpa, devendo pelo contrário justificar um investimento específico, na proporção do papel que elas deveriam desempenhar e do estado das suas capacidades.

Na distribuição dos papéis a experiência das Ilhas Urok mostra também que é sempre necessário, pelo menos nas fases de planificação e de implementação, mas sem dúvida também de forma permanente, ter uma instituição que desempenhe um papel de coordenação, de chefe de orquestra. Aqui, foi uma ONG que desempenhou e continua a desempenhar

esse papel, acumulando-o com inúmeras outras funções. Mas esta acumulação não é forçosamente necessária nem desejável. O que é indispensável, contudo, é uma entidade que sirva de executivo para os órgãos de gestão participativa e que anime os processos.

Emanuel Ramos confirma que “a presença no local e a implicação muito marcada de uma ONG (Tiniguena) com uma grande experiência no apoio ao desenvolvimento é um aspecto muito original no processo de criação da AMPC das ilhas Urok. Desde o início, as acções de conservação e desenvolvimento foram pensadas como um todo e integradas. A presença desta ONG que contava com a confiança da população também facilitou em grande medida os processos de concertação e de negociação”.

Quando examinamos a distribuição dos papéis, a experiência das Ilhas Urok

sugere também que não é decerto possível, para um facilitador, desempenhar simultaneamente o papel de polícia (conduzir patrulhas de fiscalização, passar multas, confiscar materiais) e o de agente de desenvolvimento local (desenvolvimento, animação). Presentemente a Tiniguena desempenha esses diferentes papéis, e consegue fazê-lo graças à sua grande influência e à sua grande credibilidade. Mas esta situação não deve manter-se pois, mais tarde ou mais cedo, ela tornar-se-á fonte de instabilidade e de conflitos.

“É possível gerir uma AMP com a população local” explica Emanuel Ramos. “Mas devemos estar sempre conscientes de que o fazemos com parceiros fortes. Visto tratar-se de um contexto onde não é possível falar de gestão comunitária (não há escolas, não há capacidades). Parece-me pouco provável chegar-se a médio prazo a uma estrutura de gestão completamente

independente de um parceiro social como Tiniguena. Por outro lado o Estado também deve ser implicado, é um parceiro muito importante. Só ele tem legitimidade para fazer respeitar as regras de gestão.” Augusta Henriques acrescenta que “é de facto primordial estabelecer alianças estratégicas que viabilizem o modo de governação. Alianças com a comunidade internacional para beneficiar nomeadamente de apoio financeiro a longo prazo; alianças com os poderes públicos de forma a que estes se impliquem na gestão da AMPC; alianças com os parceiros da conservação na sub-região a fim de partilhar as experiências e dispor de alavancas de acção; alianças com as instituições de investigação etc. A AMPC deve inscrever-se numa rede de parcerias que assegurem ligações ao nível local, nacional, regional global.”

Emanuel Ramos nota igualmente que “há ainda muito trabalho a desenvolver para tornar a população local mais autónoma na gestão da AMP. Isso passa nomeadamente por acções de reforço das capacidades.”

Apoio nas dinâmicas regionais

Augusta Henriques sublinha que “existe também um contexto regional favorável com a emergência do PRCM que permitiu inscrever-se na procura de uma solução a nível sub-regional, com intervenientes e Áreas Protegidas que partilham as mesmas problemáticas, os mesmos recursos e que procuram soluções inovadoras para fazer face a novos desafios.”

Pierre Campredon, conselheiro junto da UICN Guiné-Bissau, confirma que foram em primeiro lugar os apoios técnicos e financeiros por parte da FIBA em todos os estádios do processo que permitiram a realização do processo de criação. A assistência técnica permitiu convencer os protagonistas da necessidade de criar uma Área Protegida Comunitária, pilotar as

diligências da zonagem e das regras associadas, além de contribuir muito directamente para a redacção propriamente dita do plano de gestão.



Por outro lado, a ligação com a dinâmica regional permitiu ao processo Urok inspirar-se em experiências semelhantes fora da Guiné-Bissau, nomeadamente a do Parque Nacional do Banco de Arguin (PNBA) sobre a questão dos direitos de acesso aos recursos no domínio da pesca.

Além disso, Urok beneficiou de assistência por parte de vários projectos regionais do PRCM, nomeadamente o RAMAO¹² sobre a gestão participativa com o apoio da Comissão CEESP da UICN, o projecto de apoio às AMP da sub-região, ou o projecto RAMPAO: formações, trocas, missões de apoio ou oficinas... por exemplo, a visita de intercâmbio das mulheres apanhadoras de moluscos de concha com as suas homólogas de Saloum teve um impacto benéfico na cultura das ostras e na tomada de consciência dos riscos ligados à comercialização dos bivalves. Urok conseguiu

12. RAMAO: projecto UICN 2004-2008 “reforçar as capacidades das áreas marinhas protegidas: a gestão participativa ao serviço da boa governação”



igualmente valorizar o seu trabalho através de instrumentos de comunicação externa realizados pela FIBA e pelos parceiros no âmbito do PRCM: exposições, filmes documentários e reportagens fotográficas contribuíram para dar a conhecer a dinâmica Urok e, talvez para atrair novos parceiros.

Além disso, a AMPC recebeu vários apoios na sua campanha de defesa que visava inviabilizar um projecto de desenvolvimento turístico numa das pequenas ilhas

sagradas (Papagayo) por parte do Presidente da FIBA e do Director regional da UICN, apoios que se revelaram decisivos para o abandono do projecto.

Os responsáveis de Tiniguena souberam portanto tirar partido dos conhecimentos e das competências disponíveis no seio do PRCM, solicitando sem tréguas os seus conselhos ou os seus apoios, ao mesmo tempo que os valorizavam: é uma característica pouco comum nesta região. Por seu

lado, a Tiniguena contribuiu efectivamente muito para a dinâmica PRCM difundindo larga e inteligentemente os frutos da experiência UROK à escala regional e internacional nomeadamente no âmbito de conferências (Durban, Bruxelas, Geelong) conferindo assim uma imagem positiva e criativa ao PRCM, contribuindo para a identificação de projectos no Senegal, Cabo Verde e Guiné, participando muito activamente no Fórum e na rede RAM-PAO¹³, assumindo o papel de porta-voz dos interesses das populações da zona costeira, recebendo inúmeras visitas de intercâmbio com outros sítios da região etc.¹⁴

13. RAMPAO: Rede Regional de Áreas Marinhas Protegidas na África Ocidental

14. O essencial deste capítulo é extraído de uma conversa com Pierre Campredon, antigo coordenador do PRCM – Programa Regional Costeiro e Marinho, e actualmente conselheiro para a UICN Guiné-Bissau

Um compromisso a longo prazo

Estes primeiros capítulos sublinharam a importância do tempo dedicado ao processo de criação, implementação e gestão. Foram vários anos de contacto, de confiança e de trocas de impressões. Longos períodos de concertação e discussão, envolvendo sempre acções concretas e actividades no terreno.

A avaliação confirma que o envolvimento e a intervenção a longo prazo são um factor importante de sucesso em todas as acções de desenvolvimento comunitário. Não apenas porque a mudança leva o seu tempo, mas porque a presença no terreno das mesmas pessoas, das mesmas caras, é uma prova de fidelidade e de compromisso, um factor de confiança sem o qual as transformações permaneceriam demasiado superficiais e frágeis.



4 • Impactos da AMPC: mudanças visíveis



Um crescimento significativo dos rendimentos e da qualidade de vida das populações das Ilhas Uruk?

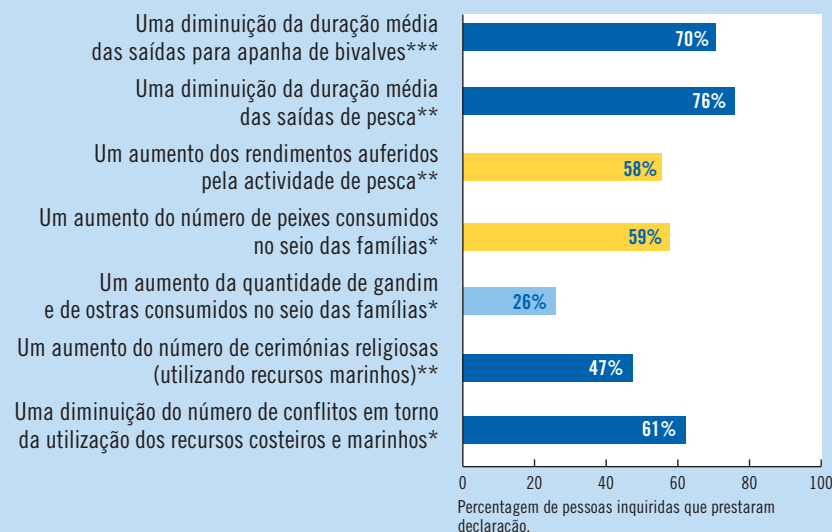
A avaliação confirma que o projecto melhorou indiscutivelmente a qualidade de vida das populações, oferecendo-lhes meios de comunicação (transportes marítimos e rádios VHF) e melhores serviços de educação e saúde, organizando e apoiando um certo número de actividades de subsistência e de produção económica e permitindo a comercialização de certos produtos.



Os gráficos abaixo apresentados dão conta das respostas aos inquéritos de percepção. Estas reflectem, quando a percentagem de inquiridos que responderam é elevada, um impacto positivo da AMPC.

Indicadores dos impactos da AMPC sobre o bem-estar da população residente

Percentagem de pessoas inquiridas que observaram desde 2003



* Inquéritos realizados junto de 171 pescadores e mulheres apanhadoras de bivalves.
 ** Inquéritos realizados junto de 91 pescadores.
 *** Inquéritos realizados junto de 80 mulheres apanhadoras de bivalves.

Eficácia da Gestão da AMP

Segundo estes indicadores, esta AMPC tem um impacto positivo sobre o bem-estar da população residente. Isto traduz-se num aumento dos rendimentos auferidos pela actividade da pesca; uma maior disponibilidade da reserva de peixes para o consumo das famílias e consequentemente um impacto da AMPC sobre a segurança alimentar das Ilhas Urok; uma diminuição do tempo gasto numa saída de pesca e de apanha de bivalves (esta observação associada à do aumento das capturas por saída de pesca e de recolha é igualmente um forte sinal do restabelecimento dos recursos); uma disponibilidade de recursos marinhos que permite à cultura e em particular às cerimónias religiosas que utilizam esses recursos perdurar (63% dos inquiridos observou um aumento ou uma estabilização do número dessas cerimónias nas Ilhas Urok); uma diminuição do número de conflitos em torno da utilização dos recursos costeiros e marinhos. Único aspecto negativo: 49% dos inquiridos observou uma diminuição da quanti-

dade de gandum e de ostras consumidas no seio das famílias desde a criação da AMPC.

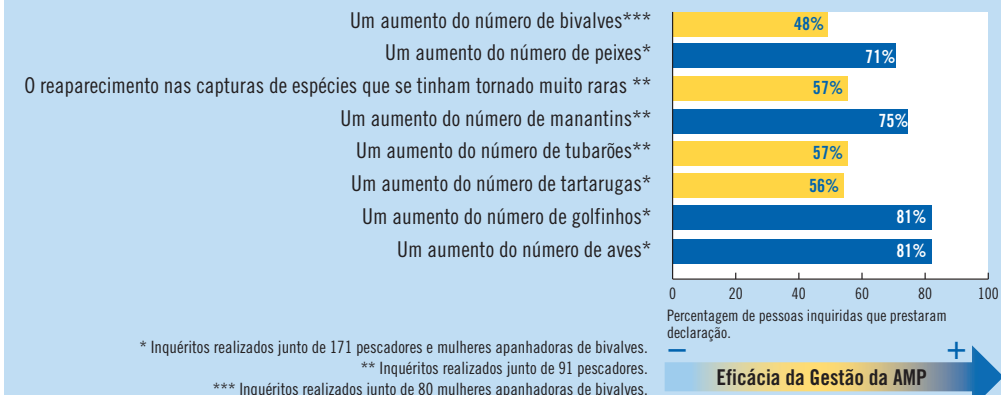
A perenidade de um meio ambiente sadio e produtivo e a manutenção da diversidade biológica

Indiscutivelmente, relata a avaliação, o projecto fez muito para apoiar as populações residentes na realização do Plano de Gestão, em particular através da educação e sensibilização, da implementação de instituições locais (principalmente o Comité de Gestão Urok), da condução da missão de fiscalização e a aplicação de regras de utilização. É portanto legítimo pensar que estas actividades contribuíram para a salvaguarda da biodiversidade, mas o projecto, na ausência de actividades de acompanhamento ecológico, carece de dados que permitam verificar ou infirmar uma tal hipótese.

Segundo estes indicadores, esta AMPC tem um impacto muito positivo sobre a

Indicadores de impactos da AMPC sobre a biodiversidade

Percentagem de pessoas inquiridas que observaram desde 2003 nas Ilhas Urok



* Inquéritos realizados junto de 171 pescadores e mulheres apanhadoras de bivalves.
 ** Inquéritos realizados junto de 91 pescadores.
 *** Inquéritos realizados junto de 80 mulheres apanhadoras de bivalves.

Eficácia da Gestão da AMP



«Em final de Maio último [em 2008], no decurso de uma saída de pesca na zona central (barriga das três ilhas), observei a maior concentração de manatins que alguma vez vi na vida, 14 manatins brincavam diante de mim. Pensei que estavam ali para acasalar dado que havia um macho, muito maior do que os outros com o corpo coberto de cracas, que parecia nadar acima das fêmeas. O que me surpreendeu foi que fiquei bem próximo deles durante mais de uma hora sem que eles manifestassem o menor receio. Hoje em dia acontecimento ver frequentemente manatins durante as marés vivas, o que não acontecia no passado. Parece-me igualmente que as aves, em particular os corvos marinhos e os pelicanos, são em maior número, provavelmente em virtude de uma diminuição do número de perturbações e do aumento do número de peixes de que se alimentam. Observei igualmente o reaparecimento de uma espécie de tainha que tinha desaparecido das minhas capturas.»

João Correia –
 Pescador Bijagó sediado
 em Accoco na ilha Formosa.

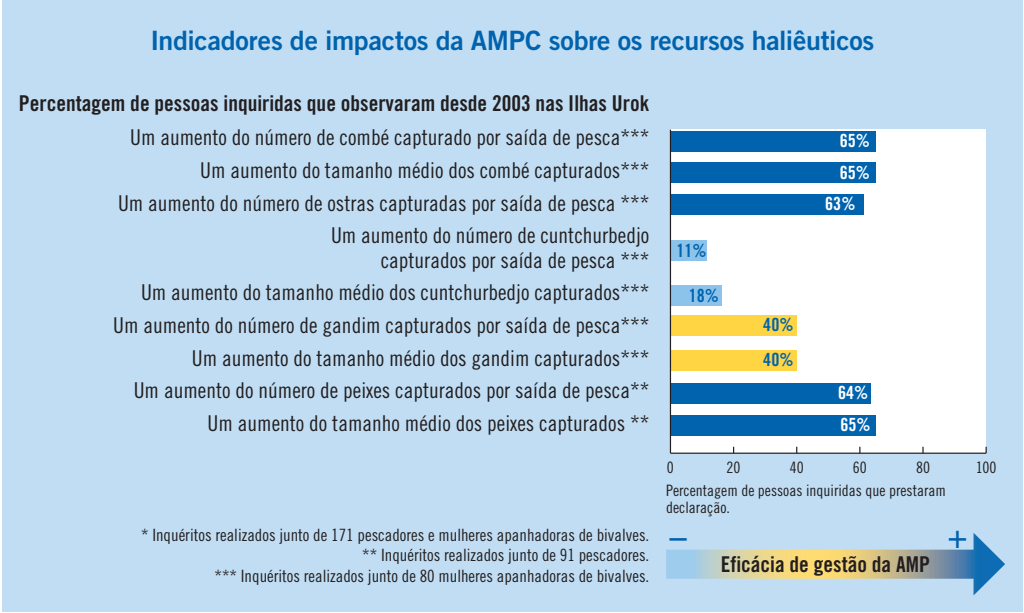
biodiversidade. Em particular, os utilizadores inquiridos observaram em massa um aumento da abundância de peixes, manatins, tubarões, tartarugas, golfinhos, aves, assim como um efeito positivo da AMPC sobre a riqueza específica da população de peixes.

Quanto aos bivalves, a constatação é menos clara: 48% observaram um aumento, enquanto 51% notaram uma estabilidade ou uma diminuição da sua abundância. Entre as espécies de peixes que os pescadores dizem ter visto reaparecer consequentemente nas capturas, 79% das citações referem: as raias guitarras, os capitães, os tubarões (tubarões-martelo e tubarões de ponta negra), e charros. Trata-se de espécies de grandes predadores que ocupam o topo da cadeia trófica. O seu reaparecimento é um indicador muito positivo de um ecossistema sadio. Faz-se notar que as únicas respostas visando um aumento figuram no gráfico abaixo apresentado. As percentagens são ainda mais elevadas quando se lhes juntam as respostas dos inquiridos que observaram uma estabili-



dade destes diferentes parâmetros desde a criação da AMPC (cf. Detalhe das respostas em anexo).

Segundo estes indicadores, esta AMPC tem um impacto positivo nos recursos de pesca. A observação por parte dos utilizadores de um aumento da abundância e/ ou do tamanho de certos recursos estratégicos desde a criação da AMPC é o sinal positivo de uma melhoria do estado das reservas exploradas.



«Em Setembro último [em 2008], enquanto pescava a Noroeste de Nago, apanhei um pequeno peixe serra de 70 cm. Quando o levei para a aldeia, toda a gente queria vê-lo porque a maioria das pessoas nunca tinham visto nenhum. Quanto a mim, a última vez que vi um foi há muito tempo atrás, ainda nem usava calções!»

Oprigo Sa – Pescador
Pepel/ Bijagó
sediado na ilha
de Nago.





«Notei que os peixes tinham voltado. Em particular na zona dois da AMP, zona que eu tinha abandonado no passado devido a uma diminuição da abundância de peixes, mas esta tendência está hoje a inverter-se. Aliás, quando não apanho peixes suficientes durante uma saída de pesca, a fim de

melhorar o meu lucro, vou pescar na zona dois: aí tenho a certeza de pescar peixes, sobretudo tainhas e charros».

Aladje Tcham (Madjuga) –
Pescador Nhomica sediado
em Porto Nhomica na ilha de Chedia.

«Há quinze anos quando me iniciei na actividade da pesca no arquipélago havia imensos peixes. Hoje há muito menos. No entanto há mesmo assim um efeito muito claro das AMP de Urok e Orango sobre a quantidade disponível de espécies procuradas pelos pescadores de recreio, a saber os grandes predadores. Estes grandes predadores, como as carpas vermelhas por exemplo, que são espécies muito apreciadas pelos pescadores, são muitas vezes as primeiras vítimas de

uma pressão de pesca demasiado intensa. A protecção trazida pelas AMP, em particular pela de Urok, tem um efeito muito benéfico sobre essas espécies. Assim, hoje, onde se encontram mais peixes no arquipélago é ao nível das AMP. Por exemplo, se quisermos aumentar a probabilidade de apanhar carpas vermelhas é ao largo de uma das três ilhas de Urok que as devemos ir procurar.»

Laurent Duris – Prestador de serviços “pesca desportiva” no arquipélago dos Bijagos.

Mas esta conclusão não se aplica a todos os recursos. Para a espécie de bivalves cuntchurbedjo (*Cymbium sp.*) e gandim (*Pugilina morio*), a situação é mais matizada. Alguns intervenientes, assim como a Anna Lopez, sublinham o reaparecimento do gandim próximo das aldeias.

No entanto, uma grande percentagem dos utilizadores inquiridos observou uma diminuição da abundância e do tamanho

destas espécies. Em particular, respectivamente 55% e 63% dos inquiridos constataram uma diminuição da abundância ou do tamanho dos cuntchurbedjo. 86% das mulheres que apanham bivalves notaram uma diminuição ou uma estabilização do número de cuntchurbedjo, e 56% relativamente ao gandim. A constatação é semelhante no que respeita a evolução do tamanho destas duas espécies (82% e 60%).





«Vejo uma espécie de molusco de concha, o gandim, que tinha quase desaparecido, voltar a colonizar as extensões vasosas. Além disso enquanto antes da criação da AMP eram preciso duas horas para apanhar um punhado de bivalves, hoje numa hora consigo apanhar um balde cheio, e sem me afastar muito.»

Anna Lopez – Mulher Bijagó que se dedica à exploração de bivalves sediada na Formosa.



«Antes da criação da AMP, tornava-se difícil encontrar ostras e combé [Senilia senilis] próximo da aldeia. Era mesmo por vezes necessário utilizar uma piroga para chegar aos sítios de recolha. Hoje os bivalves regressaram para perto da aldeia e é mais fácil e mais rápido recolhê-los.»

Muscuta Alberta Rapas – Mulher Bijagó que se dedica à exploração de bivalves sediada em Chediã.

Em contrapartida, as conversas confirmam que, quanto a outras espécies de bivalves, a implementação da AMPC terá tido um impacto positivo.

Assim o efeito de protecção da AMPC visível em inúmeros recursos e em muitas componentes da biodiversidade não terá tido o impacto previsto sobre as espécies

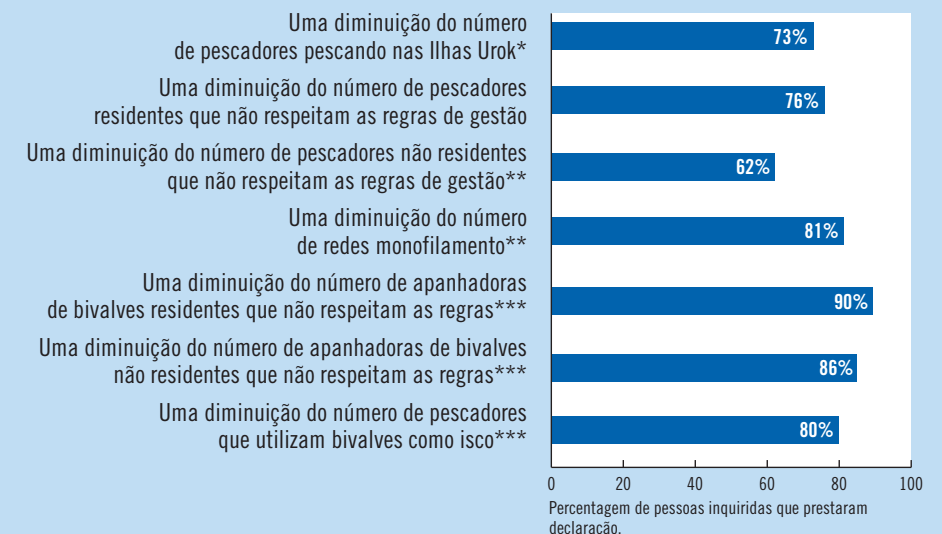
de cuntchurbedjo, e em menor escala de gandim. Isto leva a crer que o mau estado dos recursos não tem como causa directa a sua exploração actual. Dada a importância cultural e alimentar destes recursos seria importante conduzir estudos mais aprofundados em particular sobre o cuntchurbedjo, a fim de identificar a causa dessas constatações e propor medidas de gestão adequadas.

Redução das pressões externas?

Segundo estes indicadores, esta AMPPC tem um impacto muito positivo através da diminuição das pressões que pesam sobre os recursos haliêuticos e a biodiversidade das ilhas Urok. Assim segundo a grande maioria dos utilizadores inquiridos, a pressão de pesca teria diminuído desde a criação da AMPC (diminuição do número de pescadores) e as práticas de pesca ter-se-iam tornado mais sustentáveis. Isto foi

Indicadores de evolução das pressões sobre a AMPC

Percentagem de pessoas inquiridas que observaram desde 2003 nas Ilhas Urok



* Inquéritos realizados junto de 171 pescadores e mulheres apanhadoras de bivalves.

** Inquéritos realizados junto de 91 pescadores.

*** Inquéritos realizados junto de 80 mulheres apanhadoras de bivalves.

Eficácia da gestão da AMP

possível graças ao respeito das regras de gestão por parte tanto da população residente, como dos utilizadores não residentes, tal como as respostas acima deixam transparecer. Na ausência de uma fiscalização apertada, esta diminuição do número de utilizadores que não respeitam as medidas de gestão é igualmente um sinal importante de uma apropriação da AMPC pela comunidade.

Augusta Henriques sublinha que a “AMPC foi construída a partir de dentro, mas o meio é aberto, com um exterior instá-

vel. Os recursos são conservados mas são cobiçados pelo exterior. A periferia e a sub-região estão cada vez mais empobrecidas em recursos. Como gerir a AMPC num contexto onde esse meio é cobiçado por actividades tais como a migração clandestina e o narcotráfico? Como assegurar sistemas de gestão comunitários viáveis face ao poder de corrupção dos utentes externos? Este é um dos grandes pontos de interrogação. Vai ser necessário alargar a mesa de concertação a outros intervenientes, operadores turísticos e ministério das pescas em particular. Por exemplo, vai

ser preciso influenciar as modalidades de pesca não apenas na AMPC mas também a nível nacional.”

Lições a favor da dinâmica comprometida e das iniciativas afins na Reserva da Biosfera? A favor da sub-região/internacional?

A avaliação sublinha que o projecto sabe ter em conta as lições da sua própria experiência e sabe adaptar-se em conformidade ajustando e corrigindo a suas intervenções

quando necessário, mas não sistematiza suficientemente essa aprendizagem, e não dispõe de sistemas, de redes e de estratégias que permitam difundir bem essas lições junto de iniciativas afins na Reserva da Biosfera. Em contrapartida, é certo que o trabalho desenvolvido nesta parte do arquipélago contribuiu para confirmar o valor da abordagem participativa, para testar uma abordagem e para fixar normas informais que são agora aceites por praticamente todos os intervenientes no domínio da conservação. Uma componente importante do trabalho de Tiniguena à escala nacional e local é a da defesa e do contributo para a formulação e melhoria das políticas públicas. Durante os últimos anos, o turismo foi um domínio importante de defesa, em particular em resposta a um projecto hoteleiro particularmente desadequado que era suposto realizar-se na pequena Ilha de Papagaio numa zona sagrada, no interior da AMPC. No início de 2006 graças a uma importante mobilização nacional e internacional, na qual Tiniguena deteve um papel importante, o projecto foi abandonado.

Convém ainda sublinhar o impacto da AMPC Urok à escala sub-regional e internacional. Na rede das Áreas protegidas da África Ocidental, onde a gestão participativa ocupa doravante um lugar central, a AMPC das Ilhas Urok, assim como a AMP de Bamboung no Senegal, desempenhou um pouco o papel de projecto piloto para a experimentação e aprendizagem das abordagens e formas de governação participativas. Mas o impacto do projecto não se limita a este domínio, e ressent-se também ao nível das políticas e estratégias institucionais nacionais nos sectores ligados às Áreas Protegidas, à cultura e ao desenvolvimento sustentável. É com efeito em grande parte à sua experiência nas Ilhas Urok que Tiniguena vai buscar os ensinamentos e os exemplos que permitem informar a sua participação nas consultas e debates à escala nacional.



5 • Conclusão



A AMPC Urok é a primeira AMP comunitária da Guiné Bissau e um exemplo para a sub-região. A sua especificidade, sublinha Emanuel Ramos, «reside no esforço de integrar três conceitos: conservação, desenvolvimento local e governação participativa. Estes três aspectos são muito importantes, é aí que reside a sua força.»

Desta experiência piloto da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok e do trabalho levado a cabo por Tiniguena com o apoio da FIBA fervilham conhecimentos, nomeadamente para a concepção e implementação de programas de desenvolvimento.

A experiência das Ilhas Urok confirma as lições retiradas de numerosas experiências em todo o mundo, em particular a necessidade de uma animação sobre a duração e a importância da inovação. Ela confirma também a validade de uma hipótese que está na base de todas as abordagens participativas e comunitárias da gestão dos recursos naturais, a saber, que a passagem do acesso livre (open access) ao acesso restrito ou prioritário é uma das condições de uma gestão sustentável entre as comunidades.

Uma outra conclusão que se retira da análise e que se impõe no exame da experiência das Ilhas Urok é que a gestão participativa de recursos naturais é um dos meios que

conduz a uma boa governação em todos os outros domínios do desenvolvimento. Uma vez que os recursos como os do meio litoral e marinho das Ilhas Urok são, por definição, recursos em propriedade comunitária, a sua gestão justifica uma abordagem colectiva, exige meios de gestão que sejam participativos, encorajando a implementação de meios de direcção a todos os níveis. Sem uma atenção sobre as questões de sustentabilidade ecológica e os imperativos da gestão de recursos comunitários, é mais difícil promover uma boa gestão.



Principais ensinamentos retirados da experiência de criação da AMPC das Ilhas Urok

Ensinamentos

A gestão participativa leva à implementação de formas de governação e de sistemas de gestão mais eficazes porque a participação das populações assegura um maior envolvimento e consequentemente um maior respeito pelas medidas

A passagem do acesso livre aos recursos naturais ao acesso restrito ou prioritário é uma das condições para uma gestão sustentável pelas comunidades.

O Estado deve desempenhar um papel importante a fim de gerir as influências externas e os desafios que ultrapassem os limites dos sistemas que se pretende gerir.

Será sempre preciso, pelo menos nas fases de planeamento e implementação, e também de forma permanente, uma instituição que desempenhe um papel de coordenação, de chefe de orquestra.

A implementação de planos de governação participativa exige tempo, é pois necessário poder trabalhar com horizontes bastante longos

É extremamente importante dispor de uma boa análise dos intervenientes desde o começo a fim de evitar as exclusões

As questões de equidade, com a vontade de envolver as mulheres, os homens, os jovens e as diferentes etnias, tem de ser uma preocupação constante.

As necessidades e preocupações da população devem ser tidas em conta desde o início da intervenção. Frequentemente estas dizem respeito a questões de desenvolvimento que não devem ser escamoteadas, mas integradas nas acções de conservação

O envolvimento das comunidades deve ser procurado desde o início do processo

Um vasto trabalho de animação e acompanhamento das populações é primordial a fim de que estas adquiram confiança face à intervenção exterior e às suas capacidades de gerir o seu território.

É necessário trabalhar progressivamente com a população começando com iniciativas de pequena escala

O papel da equipa de animação não é o de fazer, mas sim o de levar a fazer

A fase de negociação, que ocupa bastante tempo no início, deve prosseguir mesmo uma vez criada a AMPC

A AMPC deve poder contar com o apoio de parceiros fortes e diversificados (tanto a nível local, nacional como internacional)

As visitas de intercâmbio são um meio eficaz para que a população possa conhecer, adaptar e lançar novas iniciativas que se provem terem sido concludentes noutros locais

A cultura é um dos pilares do processo de criação da AMPC das Ilhas Urok, tanto em termos de valorização da identidade da comunidade e das regras tradicionais de gestão como do reforço do conhecimento do território pela população

Para assegurar a sustentabilidade do processo as competências locais devem ser reforçadas e a questão do financiamento a longo prazo da MPC deve ser considerado

O acompanhamento ecológico e sócio-económico deve ser implementado mesmo antes da criação da AMP a fim de os seus impactos poderem ser medidos



Aliás, os inquéritos levados a cabo junto dos utilizadores das Ilhas Urok permitem elaborar um quadro de indicadores dos impactos da AMPC (quadro 3). Com uma média de percentagens de todos os indicadores de 64%, a AMPC parece ter um

impacto muito positivo quer em termos de conhecimento pela comunidade local das regras de gestão, diminuição das pressões, protecção da biodiversidade, restauração dos recursos haliêuticos e de melhoria das condições de vida da população.

Resultado do quadro dos indicadores dos impactos da AMPC das Ilhas Urok

Categorias de indicadores	Indicadores	Valor medido
Percepção	Percentagem de utilizadores com conhecimento da existência da AMPC	92%
	Percentagem de utilizadores com conhecimento dos objectivos da AMPC	81%
	Percentagem de utilizadores que aprovam as regras de gestão da AMPC	73%
	Percentagem de utilizadores com conhecimento do número de zonas da AMPC	57%
	Percentagem de utilizadores com conhecimento das regras de gestão da AMPC ¹⁵	89%
Pressões Pourcentage de usagers ayant observé:	Uma diminuição do número de pescadores que se dedicam à pesca nas ilhas Urok	73%
	Uma diminuição dos pescadores não-residentes que não respeitam as regras de gestão*	76%
	Uma diminuição dos pescadores residentes que não respeitam as regras de gestão*	62%
	Uma diminuição do número de redes monofilamento*	81%
	Uma diminuição do número de apanhadoras de bivalves residentes que não respeitam as regras de gestão**	90%
	Uma diminuição do número de apanhadoras de bivalves não-residentes que não respeitam as regras de gestão**	86%
	Uma diminuição dos pescadores que utilizam bivalves como isco**	80%
Biodiversidade Pourcentage des usagers ayant observé:	Um aumento do número de bivalves**	48%
	Um aumento do número de peixes	71%
	O reaparecimento nas capturas de espécies que começavam a ser muito raras *	57%
	Um aumento do número de manatins*	75%
	Um aumento do número de tubarões*	57%
	Um aumento do número de tartarugas	56%
	Um aumento do número de golfinhos	81%
Recursos hali- êuticos Pourcentage des usagers ayant observé:	Um aumento do número de combé capturados por saída de pesca**	65%
	Um aumento do tamanho médio dos combé capturados**	65%
	Um aumento do número de ostras capturadas por saída de pesca**	63%
	Um aumento do número de cuntchurbedjo capturados por saída de pesca**	11%
	Um aumento do tamanho médio dos cuntchurbedjo capturados**	18%
	Um aumento do número de gandim capturados por saída de pesca**	40%
	Um aumento do tamanho médio dos gandim capturados**	40%
	Um aumento do número de peixes capturados por saída de pesca*	64%
	Um aumento do tamanho médio dos peixes capturados*	65%
Bem-estar Pourcentage des usagers ayant observé:	Uma diminuição da duração média das saídas para apanha dos bivalves**	70%
	Uma diminuição da duração média das saídas de pesca*	76%
	Um aumento dos rendimentos auferidos pela actividade da pesca*	58%
	Um aumento do número de peixes consumidos no seio da família	59%
	Um aumento da quantidade de gandim e ostras consumidas no seio da família	26%
	Um aumento do número de cerimónias religiosas (que utilizam recursos marinhos)	47%
	Uma diminuição do número de conflitos em torno da utilização dos recursos costeiros e marinhos	61%

* os utilizadores em questão são unicamente pescadores residentes

** os utilizadores em questão são unicamente apanhadoras de bivalves residentes.

Sem asterisco: os dois grupos são considerados.

As cores indicam as informações recolhidas pela medida de cada indicador. A cor azul reflecte um impacto muito positivo da AMPC, amarelo mais comedido e vermelho nulo ou mesmo negativo.

15. Este indicador decompõe-se da seguinte forma: a/ percentagem de pescadores residentes que sabem que a rede monofilamento é proibida, que a pesca selectiva ao tubarão é proibida, que a captura de tartarugas-marinhas e do manatim é proibida e que os pescadores não residentes não têm o direito de pescar na zona 2; b/ percentagem das mulheres apanhadoras de bivalves residentes que sabem que a comercialização de bivalves é proibida e que a recolha de pequenos gandim e cuntchurbedjo é proibida.

Ainda que construída sobre fundações sólidas, graças ao longo trabalho que precedeu a sua criação, a AMPC é ainda jovem. Desde já, o seu sucesso e os benefícios ecológicos e sócio-económicos gerados em alguns anos são muito encorajadores. E são alvo de cobiça! Num contexto de mudança e dificuldades com pressões externas cada vez mais fortes, os esforços devem prosseguir por modo a reforçar o processo a partir do interior mas também para o exterior.



Anexos



Anexo 1. Pormenor das respostas das 80 mulheres apanhadoras de bivalves entrevistadas em Urok

	Sim	Não	NS/NR
Tem conhecimento da existência de uma AMPC em Urok?	94%	4%	3%
Tem conhecimento dos objectivos (razões) desta AMPC?	90%	8%	3%
Sabe se a comercialização de bivalves é autorizada?	3%	96%	1%
Sabe se a apanha dos pequenos gandim e cuntchurbedjo. é autorizada?	15%	85%	0%
Aprova as regras de gestão da pesca e do meio marinho implementadas em Urok?	58%	38%	5%

	Aumentado	Diminuído	Estabilizado	NS/NR
Da sua observação, desde 2003, o número de mulheres apanhadoras de bivalves residentes que não respeitam as regras de gestão da AMPC de Urok tem:	8%	90%	0%	3%
Da sua observação, desde 2003, o número de mulheres apanhadoras de bivalves não residentes que não respeitam as regras de gestão da AMPC de Urok tem:	9%	86%	0%	5%
Da sua observação, desde 2003, o número de pescadores que utilizam os bivalves como isco em Urok tem:	10%	80%	4%	6%
Da sua observação, desde 2003, o número de peixes nas Ilhas Urok tem:	61%	28%	11%	0%
Da sua observação, desde 2003, o número de bivalves nas Ilhas Urok tem:	48%	26%	25%	1%
Desde 2003, o número de combé que capturou por saída de pesca tem:	65%	14%	21%	0%
Desde 2003, o tamanho médio dos combé que captura tem:	65%	9%	26%	0%
Desde 2003, o número de ostras que apanha por saída de pesca tem:	63%	13%	25%	0%
Desde 2003, o número de cuntchurbedjo que captura por saída de pesca tem:	11%	55%	31%	3%
Desde 2003, o tamanho médio de cuntchurbedjo que captura:	18%	63%	19%	1%
Desde 2003, o número de gandim que captura por saída de pesca tem:	40%	45%	14%	1%
Desde 2003, o tamanho médio dos gandim que captura tem:	40%	35%	25%	0%
Desde 2003, a duração média das suas saídas de apanha de bivalves tem:	13%	70%	16%	1%
Da sua observação, desde 2003, o número de pescadores (residentes e não residentes) que pescam nas Ilhas Urok tem:	24%	70%	4%	3%
Da sua observação, desde 2003, o número de tartarugas nas Ilhas Urok tem:	46%	30%	11%	13%
Da sua observação, desde 2003, o número de golfinhos nas Ilhas Urok tem:	78%	3%	19%	1%
Da sua observação, desde 2003, o número de aves nas Ilhas Urok tem:	79%	0%	21%	0%
Desde 2003, o número de peixes que consome em família tem:	51%	23%	26%	0%
Desde 2003, a quantidade de gandim e ostras que consome em família tem:	26%	43%	31%	0%
Da sua observação, depois 2003, o número de cerimónias religiosas (que utilizam recursos do mar) organizadas por ano tem:	60%	16%	16%	8%
Da sua observação, desde 2003, o número de conflitos em torno da utilização dos recurso costeiros e marinhos de Urok tem:	13%	69%	19%	0%

	Uma	Duas	Três	Quatro	NS/NR
Quantas zonas marinhas tem a AMPC?	3%	9%	65%	19%	5%

Anexo 2. Pormenor das respostas dos 91 pescadores entrevistados em Urok

	Sim	Não	NS/NR
Tem conhecimento da existência de uma AMPC em Urok?	91%	8%	1%
Tem conhecimento dos objectivos (razões) desta AMPC?	73%	22%	5%
Sabe se a técnica de pesca com rede monofilamento é permitida?	10%	90%	0%
Sabe se a pesca selectiva ao tubarão é permitida?	11%	88%	1%
Sabe se a captura de tartaruga-marinha é permitida?	5%	91%	3%
Sabe se a capture dos manatins é permitida?	3%	95%	2%
Sabe se os pescadores não residentes podem pescar na zona 2?	14%	79%	7%
Aprova as regras de gestão da pesca e do meio marinho implementadas em Urok?	86%	11%	3%

	Aumen- tado	Dimi- nuído	Estabi- lizado	NS/NR
Da sua observação, desde 2003, o número de pescadores residentes que não respeitam as regras de gestão da AMPC de Urok tem:	18%	76%	2%	4%
Da sua observação, desde 2003, o número de pescadores não residentes que não respeitam as regras de gestão da AMPC de Urok tem:	33%	62%	1%	4%
Da sua observação, desde 2003, o número de peixe nas Ilhas Urok tem:	80%	11%	8%	1%
Desde 2003, o número de peixe que captura por saída de pesca tem:	64%	19%	16%	1%
Desde 2003, o tamanho médio do peixe que captura tem:	65%	9%	24%	2%
Desde 2003, a duração média das suas saídas de pesca tem:	13%	76%	9%	2%
Da sua observação, desde 2003, o número de pescadores (residentes e não residentes) que pescam nas Ilhas Urok tem	19%	76%	2%	3%
Da sua observação, desde 2003, o número de redes monofilamento em, Urok tem:	13%	81%	1%	4%
Da sua observação, desde 2003, o número de manatins nas Ilhas Urok tem:	75%	7%	13%	5%
Da sua observação, desde 2003, o número de tubarões nas Ilhas Urok tem:	57%	33%	3%	7%
Da sua observação, desde 2003, o número das tartarugas nas Ilhas Urok tem:	65%	14%	18%	3%
Da sua observação, desde 2003 o número de golfinhos nas Ilhas Urok tem:	85%	2%	10%	3%
Da sua observação, desde 2003, o número de aves nas Ilhas Urok tem:	82%	1%	12%	4%
Desde 2003, o número de peixes que consome no seio da sua família tem:	66%	12%	20%	2%
Desde 2003, a quantidade de gandim e ostras que consome no seio da sua família tem:	26%	56%	14%	3%
Da sua observação, depois 2003, o número de cerimónias religiosas (feitas com recursos do mar) organizadas por ano tem:	36%	42%	15%	7%
Da sua observação, desde 2003, o número de conflitos em torno da utilização dos recursos costeiros e marinhos de Urok tem:	29%	54%	13%	4%
Desde 2003, os rendimentos provenientes da sua actividade pesqueira têm:	58%	9%	33%	0%

	Sim	Não	Pa- clara- mante	NS/NR
Desde 2003, há espécies de peixes que se tinham tornado muito raras que reapareceram nas suas capturas:	57%	37%	5%	0%

	Uma	Duas	Três	Quatro	NS/NR
Quantas zonas marinhas tem a AMPC?	1%	11%	51%	19%	16%

Anexo 3. Inquérito destinado às mulheres apanhadoras de bivalves

1. Entrevistador: 2. Número do inquérito: 3. Data:

4. Ilha: 5. Aldeia:

6. Faixa etária: 7. Etnia:

8. Tem conhecimento da existência de uma AMPC em Urok?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

9. Tem conhecimento dos objectivos (razões) desta AMPC?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

10. Quantas zonas diferentes tem a AMPC?

1. Uma 2. Duas 3. Três
4. Quatro 5. Cinco ou mais 6. NS/NR

11. Sabe se a comercialização de bivalves é permitida?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

12. Sabe se a apanha dos pequenos gandim e cuntchurbedjo é permitida?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

13. Aprova as regras de gestão da pesca e do meio marinho implementadas em Urok?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

14. Da sua observação, desde 2003, o número de mulheres apanhadoras de bivalves **residentes** que não respeitam as regras de gestão da AMPC de Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

15. Da sua observação, desde 2003, o número de mulheres apanhadoras de bivalves não residentes que não respeitam as regras de gestão da AMPC de Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

16. Da sua observação, desde 2003, o número de pescadores que utilizam os bivalves como isco em Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

17. Desde 2003, o número de **peixes** nas Ilhas Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

18. Desde 2003, o número de **bivalves** nas Ilhas Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

19. Desde 2003, o número de combé que **captura** por saída de pesca tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

20. Desde 2003, o **tamanho médio** dos combé que captura tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

21. Desde 2003, o número de **ostras** que **captura** por saída de pesca tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

22. Desde 2003, o número de **cuntchurbedjo** que captura por saída de pesca tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

23. Desde 2003, o **tamanho médio** dos **cuntchurbedjo** que captura tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

24. Desde 2003, o número de **gandim** que **captura** por saída de pesca tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

25. Desde 2003, o **tamanho médio** dos **gandim** que captura tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

26. Desde 2003, a **duração média** das saídas para a apanha de bivalves tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

27. Da sua observação, desde 2003, o **número de pescadores** (residentes e não residentes) que pescam nas Ilhas Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

28. Da sua observação, desde 2003, o número de **tartarugas** nas Ilhas Urok tem

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

29. Da sua observação, desde 2003, o número de **golfinhos** nas Ilhas Urok tem

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

30. Da sua observação, desde 2003, o número de **aves** nas Ilhas Urok tem

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

31. Desde 2003, o número de **peixes** que consome em **família** tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

32. Desde 2003, o número de gandim e ostras que consome em família tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

33. Da sua observação, desde 2003, o número de **cerimónias religiosas** (que utilizam recursos do mar) organizadas por ano tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

34. Da sua observação, desde 2003, o número de **conflitos** em torno da utilização dos recursos costeiros e marinhos de Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

Anexo 4. Inquérito destinado aos pescadores

1. Entrevistador: 2. Número do inquérito: 3. Data:
 4. Ilha: 5. Aldeia:
 6. Faixa etária: 7. Etnia:

8. Tipo de pescador:

1. Vende para o exterior 2. Venda local 3. Maafé

9. Tem conhecimento da existência de uma AMPC em Urok?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

10. Tem conhecimento dos objectivos (razões) desta AMPC?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

11. Quantas zonas diferentes têm a AMPC?

1. Uma 2. Duas 3. Três 4. NS/NR 5. Quatro 6. Cinco ou mais

12. Sabe se a técnica de pesca com rede monofilamento é permitida?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

13. Sabe se a pesca selectiva ao **tubarão** é permitida?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

14. Sabe se a captura de **tartaguras-marinhas** é permitida?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

15. Sabe se a captura dos **manatins** é permitida?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

16. Sabe se os pescadores **não residentes** podem pescar na zona 2?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

17. Aprova as regras de gestão da pesca e do meio marinho implementadas em Urok?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

18. Da sua observação, desde 2003, o número de pescadores **residentes** que não respeitam as regras de gestão da AMPC de Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

19. Da sua observação, desde 2003, o número de pescadores **não residentes** que não respeitam as regras de gestão da AMPC de Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

20. Da sua observação, desde 2003, o número de peixe nas Ilhas Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

21. Desde 2003, o número de peixe que **captura** por saída de pesca tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

22. Desde 2003, o **tamanho médio** do peixe que captura tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

23. Desde 2003, a **duração média** das suas saídas de pesca tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

24. Desde 2003, há espécies de peixes que se tinham tornado muito raras que **reapareceram** nas suas capturas?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR Se for o caso quais são (3 nomes max)

25. Desde 2003, os **rendimentos** provenientes da sua actividade pesqueira têm:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

26. Da sua observação, desde 2003, o **número de pescadores** (residentes e não residentes) que pescam nas Ilhas Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

27. Da sua observação, desde 2003, o número de redes **monofilamento** em, Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

28. Da sua observação, desde 2003, o número de **manatins** nas Ilhas Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

29. Da sua observação, desde 2003, o número de **tubarões** nas Ilhas Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

30. Da sua observação, desde 2003, o número de **tartarugas** nas Ilhas Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

31. Da sua observação, desde 2003, o número de **golfinhos** nas Ilhas Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

32. Da sua observação, desde 2003, o número de **aves** nas Ilhas Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

33. Desde 2003, o número de **peixes** que consome no seio da sua família tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

34. Desde 2003, a quantidade de **gandim** e **ostras** que consome em família tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

35. Da sua observação, depois 2003, o número de **cerimónias religiosas** (que utilizam recursos do mar) organizadas por ano tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

36. Da sua observação, desde 2003, o número de **conflitos** em torno da utilização dos recursos costeiros e marinhos de Urok tem:

1. Aumentado 2. Diminuído 3. Estabilizado 4. NS/NR

Agradecimentos

Os meus sinceros agradecimentos às pessoas entrevistadas e inquiridas no âmbito da elaboração deste relatório que amavelmente aceitaram partilhar o seu tempo e os seus preciosos conhecimentos, assim como a Yves Renard pelo seu trabalho de análise que permitiu elaborar este documento. Um obrigado igualmente à equipa de animação de Tiniguena e ao assistente técnico da FIBA presentes em Urok que ajudaram à recolha de informações, matéria-prima do presente documento. Por fim, a elaboração deste relatório de capitalização sobre a experiência e o impacto da AMPC das ilhas Urok beneficiou de financiamentos da Fundação MAVA.



Impresso em papel reciclado

Créditos fotograficos: agradecimentos para fotografos Cécile Lamour (<http://cecilelamour.free.fr>)
& JF Hellio & N. Van Ingen (www.hellio-vaningen.fr)
Tambien Augusta Henriques, Emanuel Ramos, Corinne Roux

Concepção: Espaces Fines / Arles, France
Ilustrações: Roggero Chandra

Impresso em dezembro de 2009

ISBN: 978-29527741-8-5 versão original
ISBN: 978-2-918449-00-5 português de versão

Tradução Portuguesa ECOSPHERE-Lisboa



Augusta Henriques nasceu na ilha Formosa (Guiné-Bissau), em 1952. Mulher de fortes convicções e cidadã comprometida com o meio ambiente e a justiça social, ela criou, junto com outros guineenses, em 1991, a ONG Tiniguena, "Esta Terra é Nossa", da qual viria a ser sua Secretária Geral. Membro da UICN, Tiniguena trabalha, desde a sua criação, no domínio do desenvolvimento participativo e durável. Esta ONG realiza anualmente campanhas de sensibilização sobre a importância da conservação do património natural e cultural da Guiné-Bissau. A Tiniguena investe igualmente na sensibilização e trabalho político ao nível nacional para a conservação do património genético e a soberania alimentar. Entre as suas actividades, a Tiniguena conduziu um longo processo de animação que resultou na criação oficial da AMPC Urok (grupo de ilhas Formosa), parte da Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós.

Palavra de Urok!

Ensinamentos e impactos da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok

«Algumas AMP são criadas por decreto e nascem de um dia para o outro. Em Urok, levámos o tempo necessário. Como numa gravidez, o tempo foi imprescindível para que o bebé nascesse bem desenvolvido.»

Augusta Henriques, Secretária Geral da ONG Tiniguena, Guiné Bissau.

«Aos poucos, as pessoas foram aprendendo a encontrar soluções para os seus problemas por elas próprias sem esperarem pela intervenção exterior para os resolver. Isto é muito importante, porque ganham confiança nelas próprias e isso dá-lhes esperança.»

Emanuel Ramos, Assistente Técnico da FIBA, na Guiné Bissau.

«Quando queremos trabalhar com uma comunidade temos de ter uma atitude humilde, respeitar os costumes sociais e utilizar os conhecimentos já usados pela comunidade local. Temos de nos colocar numa posição de intercâmbio: trabalhar com a comunidade, aprendendo com ela e respeitando-a; só assim poderemos avançar.»

Sabado Vaz, Animadora de Tiniguena, baseada em Formosa.

«Do meu ponto de vista, a maior mudança que este processo trouxe foi a melhoria da capacidade da comunidade local em desenvolver e partilhar uma visão comum, em reunir-se, discutir, falar abertamente e resolver os seus problemas.»

Aliou Balde – Animador da Tiniguena, residente da Formosa.

**AMBROISE BRENIER, EMANUEL RAMOS,
AUGUSTA HENRIQUES**

